

## A PERCEPÇÃO DOS BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE A ADOÇÃO DO CPC PME

Sady Mazzioni<sup>1</sup>  
Cristian Rebonatto<sup>2</sup>  
Silvana Dalmutt Kruger<sup>3</sup>  
Leandro Politelo<sup>4</sup>

**Resumo:** O Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu um documento simplificado para as Pequenas e Médias Empresas (PME) com relação às normas internacionais de contábeis. O estudo tem como objetivo avaliar a adoção das normas internacionais de contabilidade nas pequenas e médias empresas por meio da percepção dos Bacharéis em Ciências Contábeis. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, realizada por meio de levantamento e com abordagem quantitativa. Para analisar as percepções dos usuários entrevistados foi utilizado um questionário. Analisando os resultados, percebe-se que a maior parte dos entrevistados afirma ter adotado procedimentos como teste de recuperabilidade, imparidade, elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e relatam também que a informação contábil de maior relevância, necessidade de capacitação de funcionários e de conhecer melhor as atividades dos clientes são os principais impactos causados pela adoção do CPC PME, porém, existe escassez de profissionais capacitados para aplicação da norma.

**Palavras-chave:** Pronunciamento contábil. CPC PME. Normas internacionais.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Contábeis e Administração. Diretor da área de Ciências Sociais Aplicadas da Unochapecó. sady@unochapeco.edu.br.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Contábeis. Discente da Unochapecó. cristian@unochapeco.edu.br.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Contábeis. Professora da Unochapecó. silvanak@unochapeco.edu.br.

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Contábeis. Professor da Unochapecó. politelo@unochapeco.edu.br.

## 1 Introdução

A contabilidade passou a ter significativa importância nos últimos tempos, sendo uma ciência importante para o crescimento da empresa que interfere diretamente na economia do país. O profissional contábil deve estar constantemente atualizado, pois, são muitas mudanças e uma delas é o *International Financial Reporting Standard* (IFRS), um conjunto de princípios emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) traduzidos no Brasil pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a intenção de transformar a contabilidade em um modelo único para todos os países (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

Segundo Lemes e Carvalho (2006), a partir de 2008 tornou-se obrigatório para algumas organizações, como as de capital aberto, a convergência para o IFRS. Em 2010 a mudança abrangeu as demais empresas, inclusive pequenas e médias, onde a resolução do CFC nº 1255/09 aprovou a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que posteriormente sua descrição foi alterada para NBC TG 1000, ou seja, um modelo simplificado emitido pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, baseado no CPC PME, onde será fundamentado este estudo.

Para Carríssimo e Pinheiro (2012) a necessidade de fornecer informações de qualidade nos relatórios contábeis está associada com a integração dos mercados, pois, quando as demonstrações apresentam informações qualitativas para a empresa independente de seu porte, torna-se mais fácil analisar e comparar os resultados sem a necessidade de se adequar as normas de contabilidade de cada nação e o IASB busca atender a este quesito, oferecendo informações consistentes, fidedignas e relevantes, podendo ser comparada independente do país onde a entidade esteja localizada.

Os pronunciamentos emitidos pelo CPC após a divulgação da lei 11.638/07 e 11.941/09 que alteram a lei 6.404/76 trouxe aos profissionais o desafio da mudança. “A intenção é elevar a contabilidade a um nível internacional” (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010, p. 1).

De acordo com Carríssimo e Pinheiro (2012), a busca pela implantação destes padrões de contabilidade foi um processo com mais de 25 anos, liderados inicialmente pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e depois pelo IASB (*International Accounting Standards Boards*), tornando obrigatória a sua adoção para as empresas que estão obrigadas à prestação pública de contas, como por exemplo, as de capital aberto que se baseiam nas leis 11.638/07 e 11.948/09 que alteram os dispositivos da lei 6.404/76.

Durante a crise ocorrida na bolsa de valores de Nova York em 1929; contadores, auditores, analistas entre outros, passaram a analisar os fatos que deram origem a crise e uma das medidas adotadas foi a normatização contábil para auxiliar na elaboração das demonstrações financeiras na realização de auditoria contribuindo na busca de respostas, dando origem a instituições responsáveis pelo preparo das normas contábeis e com o intuito de transformar a contabilidade em um modelo único, onde mais adiante tornou-se obrigatório para algumas entidades a sua adoção (LEMES; CARVALHO, 2010).

A partir deste cenário de implantação e adequação às normas internacionais aplicadas a pequenas e médias empresas este estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as percepções dos bacharéis em Ciências Contábeis sobre a adoção do CPC PME?

Assim, este estudo objetiva analisar as percepções dos bacharéis em Ciências Contábeis sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade pelas pequenas e médias empresas.

As normas internacionais de contabilidade nasceram nos anos 70 com a denominação de IAS. A partir de 2001 passaram a ser denominadas como normas internacionais de relatórios financeiros, buscando abranger todos os aspectos envolvidos no conceito de divulgação do desempenho da entidade por meio dos relatórios (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

As IFRS foram criadas com o objetivo de tornar as demonstrações contábeis mais transparentes, com maior facilidade em compará-las e fornecer informações úteis para a tomada de decisões, sendo obrigatória a sua adoção para as organizações que estão obrigadas a prestação pública de contas e não obrigatórias ainda para as pequenas e médias empresas, por isso, criou-se um modelo contábil simplificado que é o CPC PME (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010).

O interesse em pesquisar sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade nas pequenas e médias empresas justifica-se pelo fato de obter maior conhecimento em relação às regras impostas pelo CPC PME que trouxe mudanças significativas para a elaboração das demonstrações contábeis fazendo com que os contabilistas e demais profissionais vinculados a esta área se questionem quanto aos impactos causados com sua adoção.

## ***2 Referencial Teórico***

Neste capítulo, apresenta-se os principais conceitos introduzidos pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis às pequenas e médias empresas, as alterações na avaliação dos itens patrimoniais, melhorias e impacto com a adoção do CPC PME.

### ***2.1 Principais conceitos introduzidos pelo CPC PME***

A legislação contábil permaneceu praticamente inalterada durante muitos anos, mas, com a globalização dos mercados tornou-se imprescindível adotar uma linguagem contábil convergente, podendo ser utilizada e comparada com as demais entidades pelo mundo a fora que também já tenham adotado a essas normas.

O CPC emitiu através da Resolução 1.255/09, que criou também a NBC T 19.41, o CPC PME que é um modelo de contabilidade mais simplificada dirigida às pequenas e médias empresas. Esse modelo é direcionado, como dito anteriormente, as pequenas e médias empresas, ou seja, empresas de capital fechado que não estão obrigadas a fazer prestação pública de suas contas.

O objetivo das demonstrações contábeis das PMES é informar a situação financeira da empresa, desempenho e fluxo de caixa, que são os principais fatores que auxiliam na tomada de decisões até mesmo aos usuários externos, que não exigem relatórios conforme suas necessidades particulares, segundo o CPC PME (2009).

Neste aspecto, um dos conceitos introduzidos foi o valor justo, entendido, conforme o CPC PME (2009, p. 64) como “o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um

passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos”. Em outras palavras, o valor justo é uma forma de avaliar os ativos e passivos de uma entidade sob a lógica de mercado.

Outro conceito abordado pela norma compreende a redução ao valor recuperável de ativos. De acordo com as normas contábeis internacionais, os ativos devem passar pelo teste de recuperabilidade para se verificar a efetiva capacidade de conversão do ativo em caixa ou equivalente de caixa. O CPC PME (2009, p. 167) em sua seção 27, explica que a redução ao valor recuperável deve ser aplicada em todos os ativos, exceto os:

- (a) tributos diferidos ativos [...];
- (b) ativos provenientes de benefícios a empregados [...];
- (c) ativos financeiros [...];
- (d) propriedade para investimento mensurada pelo valor justo[...];
- (e) ativos biológicos e produto agrícola relacionados com a atividade agrícola mensurados pelo valor justo menos as despesas estimadas de venda [...].

Em relação à estimativa do valor recuperável, além do valor contábil, “a entidade depende do cálculo de dois outros montantes: o valor em uso e valor justo líquido dos custos de venda. O valor recuperável, do ativo ou da unidade geradora de caixa, é o menor entre os dois” (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 148).

Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 280), afirmam que na mensuração do valor recuperável deve ser levado em consideração “o maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o seu valor em uso”. No caso do valor em uso, conforme explicam os autores, “as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda não devem ser incluídos nas estimativas de fluxo de caixa futuros.” Nesse aspecto, é importante fazer uma avaliação nos ativos, no fim de cada exercício para verificar se não houve desvalorização.

## ***2.2 Reconhecimento e mensuração dos itens patrimoniais***

A resolução CFC nº 1374/11 que se refere à Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de relatório Contábil-Financeiro conceitua reconhecimento como “o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou a demonstração de resultado de item que se enquadre na definição do elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento mencionados no item 4.38.”

O item 4.38 que trata da definição que satisfaça os critérios de reconhecimento explica que:

- Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:
- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
  - b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

A mensuração consiste em atribuir valor monetário nos itens patrimoniais que ocorre após o reconhecimento dos mesmos.

### 2.2.1 Instrumentos Financeiros

O CPC PME (2009) conceitua Instrumento Financeiro como um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

De acordo com o CPC PME (2009, p.72) “a entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando a entidade torna-se parte das disposições contratuais do instrumento.” Instrumentos Financeiros são contratos que dão origem a ativos ou passivos financeiros para a entidade.

Após a entidade reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro, ela deve mensurá-lo pelo seu valor justo, isto é, pelo valor que este ativo pode ser trocado ou vendido. A mensuração consiste em atribuir um valor quantitativo ou monetário aos ativos financeiros após seu reconhecimento, que normalmente ocorre no encerramento do exercício social, sendo que o ativo deve ser reconhecido por um valor que represente seu valor de potencial conversão em caixa ou equivalente de caixa, direta ou indiretamente.

### 2.2.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento é classificada no Balanço Patrimonial na conta Investimento no ativo não circulante quando “mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento mercantil financeiro para auferir aluguéis ou valorização do capital, ou para ambas” (CPC PME, 2009, p. 93).

As propriedades para investimento são aquelas mantidas para receber aluguéis, ou seja, que também geram caixa como os demais ativos, como locação de terrenos e imóveis. A Propriedade para Investimento somente será reconhecida quando o custo da propriedade for mensurado de forma confiável e quando benefícios econômicos fluirão para a empresa.

Não é reconhecido para fins de produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos. Em relação ao valor justo, o mesmo deve ser avaliado sempre na data do Balanço Patrimonial.

Em relação à mensuração no reconhecimento inicial, “a entidade avalia a propriedade para investimento pelo seu custo, que abrange, além do seu preço de compra, custos como honorários legais e de corretagem, tributos de transmissão mobiliária e outros custos de transação” (CPC PME, 2009, p. 93).

Após o reconhecimento inicial, “a propriedade para investimento deve ser avaliada pelo valor justo a cada balanço com as alterações reconhecidas no resultado” (CPC PME 2009, p. 93). A entidade deve avaliar todos os custos incorridos, ou seja, aqueles que serão aplicados no empreendimento.

### 2.2.3 Imobilizado

Classificado no ativo não circulante, Iudícibus e Marion (2010, p.193) enfatizam que se entende por ativo imobilizado “todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”. O Imobilizado é uma conta classificada no ativo não circulante que representa os bens da empresa, como máquinas, equipamentos, edifícios, veículos entre outros como terrenos e computadores.

O CPC PME (2009, p. 96) conceitua ativo imobilizado como “ativos tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos; e espera-se que sejam utilizados durante mais do que um período.” Ou seja, contempla o grande grupo dos bens e direitos.

De acordo com Iudícibus e Marion (2010), para ser classificado como um ativo imobilizado são necessárias três características: natureza relativamente permanente, ser utilizado na operação dos negócios e não se destinar à venda.

O custo do ativo imobilizado deve ser reconhecido se “for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e se o custo do item puder ser mensurado de maneira confiável” (CPC PME, 2009, p. 96).

De acordo com o CPC PME (2009, p. 97) “a entidade deve mensurar um item do ativo imobilizado no reconhecimento inicial pelo seu custo que é o preço a vista.” No caso de financiamento, se o prazo de pagamento for superior ao prazo normal, a empresa deve reconhecer a diferença entre o valor a vista e o a prazo como uma despesa com juros (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 231).

As empresas devem estar preparadas para mensurar adequadamente seus ativos imobilizados, pois, é uma forma de controle que pode fornecer informações importantes para tomada de decisões.

#### 2.2.4 Intangível

O ativo intangível não possui forma física, ou seja, são incorpóreos, classificados no ativo não circulante. Diferente do imobilizado, o ativo intangível não sofre depreciação e sim amortização que é o mesmo método aplicado para calcular a diminuição de valor sofrido por um bem utilizado pela empresa, neste caso, a depreciação.

“Os ativos intangíveis são considerados ativos não circulantes que devem ser registrados contabilmente pelo custo, sofrendo amortização calculada com base na vida útil” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 328). São recursos que não possuem forma física.

A entidade deve avaliar se o ativo intangível pode trazer benefícios econômicos para a empresa. Para isso, deve “utilizar premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração a cerca das condições econômicas que existirão ao longo da vida útil do ativo” (CPC PME, 2009, p. 103). Para que o ativo intangível possa ser reconhecido como um ativo, primeiramente deve atender a definição de ativo intangível imposta pelo CPC PME e também ser mensurável.

### 2.3 Estudos correlatos

O CPC PME, divulgado em 2009, explica sobre as novas práticas contábeis para as pequenas e médias empresas elevando a contabilidade brasileira a um nível internacional. Diferentes pesquisas têm sido desenvolvidas sobre este assunto dado a relevância percebida do tema.

Do Carmo, Ribeiro e Carvalho (2010) escreveram sobre a influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais de contabilidade nas pequenas e médias

empresas analisando se é uma convergência de fato ou direito. O objetivo da pesquisa foi verificar se existe alinhamento de opinião entre os *stakeholders* envolvidos com a contabilidade de países de sistema jurídico consuetudinário e codificados.

O levantamento foi realizado pelo *website* do IASB. Foram encaminhados 120 questionários para os 120 países que estavam em processo de adoção das IFRS. Segundo os autores, 65 respostas vieram dos países europeus, 11 da Ásia, 12 da Oceania, 7 da África e 12 das Américas, totalizando 107 respondentes. Perceberam que existe muita diferença entre os padrões de resposta com base nos sistemas jurídicos dos países. Existe uma pressão para facilitar o processo de convergência e as IFRS gerais não seriam adequadas para todas as empresas.

Oliveira, Jacone e Almeida (2012) escreveram sobre a percepção dos estudantes de contabilidade sobre o impacto do IFRS no Brasil. Os resultados indicam que 62% dos respondentes conhecem o processo de convergência através da faculdade. Os resultados revelam que 72% dos pesquisados não participaram de cursos e seminários sobre o assunto e que 70% indicam a lei 11.638/07 como a legislação que aborda o processo de harmonização. A pesquisa revela que os respondentes possuem conhecimento médio sobre o assunto que adquiriram na faculdade e buscaram informações em outros meios de comunicação também.

Alves et al., (2013) por exemplo, escreveram sobre a necessidade de aplicação das normas internacionais de contabilidade nas pequenas e médias empresas através de uma análise dos escritórios de contabilidade, com o objetivo de investigar os aspectos qualitativos da oferta dos serviços contábeis para as pequenas e médias empresas. Os autores realizaram uma pesquisa de campo com trinta e dois escritórios de contabilidade localizados na cidade de Recife/PE. Como resultados perceberam que a maioria dos contadores identifica a situação fiscal das pequenas e médias empresas como a principal necessidade, deixando de lado os relatórios úteis para uma boa gestão. A maioria dos contadores entrevistados comentou que não consideram necessária a adoção das normas internacionais para as pequenas e médias empresas, pois, sua adoção não é obrigatória.

A pesquisa de Menezes e Carvalho (2013) teve como objetivo analisar a percepção dos contabilistas sobre a convergência das normas internacionais de contabilidade nas pequenas e médias empresas, através de uma pesquisa exploratória e descritiva. Os resultados revelam que os respondentes não desconhecem totalmente o processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais.

### 3. Metodologia

Considerando o objetivo do estudo, caracteriza-se a pesquisa como descritiva, de levantamento quanto aos procedimentos e quantitativa em relação ao problema.

O estudo é caracterizado como quantitativo pelo fato de utilizar cálculos estatísticos como média e desvio padrão. É uma pesquisa descritiva porque descreve as características da população e utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados. É definida como levantamento, pois, a busca de informações foi direcionada ao grupo que possui relação com o que foi estudado.

Para obtenção dos dados, o questionário desenvolvido foi encaminhado para cento e vinte e cinco (125) bacharéis em Ciências Contábeis que atuam nas empresas da região Oeste de Santa Catarina, destes, cinquenta e três (53) Bacharéis responderam à pesquisa.

Para definir a população, foi necessário pesquisar os contatos por meio da internet no site guia mais e tele listas dos escritórios e empresas dos principais municípios da região oeste de Santa Catarina aonde foi encaminhado o questionário. Assim, os municípios que compuseram o escopo da pesquisa foram Águas Frias, Caibi, Chapecó, Coronel Freitas, Maravilha, Nova Erechim, Palmitos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Quilombo, Saudades e Xanxerê.

A escolha em aplicar o questionário com os bacharéis em Ciências Contábeis é pelo fato de analisar o nível de conhecimento e a opinião dos respondentes que atuam na área contábil com relação ao objetivo da pesquisa.

Para obtenção dos dados da pesquisa fez-se uso de um questionário composto por vinte e duas questões sendo oito por escala e as demais, questões fechadas. O questionário é separado em dois blocos. O primeiro bloco se refere à percepção dos Bacharéis quanto às principais mudanças impostas pelo CPC PME. No segundo bloco se trata da aplicação dos principais procedimentos nas empresas aonde atuam os profissionais. Os questionários foram enviados por e-mail aos sujeitos pesquisados aplicados durante o mês de setembro de 2014.

Após a coleta dos dados obtidos com a aplicação do questionário aos bacharéis em ciências contábeis realizou-se a análise e interpretação das informações. Tornou-se necessário a utilização de tabelas e uso de estatística descritiva para complementar a revelação dos resultados e facilitar o entendimento e interpretação dos dados.

#### 4. *Análise e interpretação dos resultados*

A amostra investigada foi localizada por meio de contato telefônico. Portanto, foi encaminhado cento e vinte e cinco questionários, onde apenas 53 profissionais que atuam nas empresas da região Oeste de SC responderam; os demais não retornaram. A Tabela 1 apresenta a idade dos entrevistados formados entre os anos de 1995 a 2014/1.

**Tabela 1 – Idade da amostra pesquisada**

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 25 anos	27	50,94%
De 26 a 30 anos	12	22,64%
De 31 a 35 anos	10	18,87%
De 41 a 45 anos	2	3,77%
Acima de 45 anos	2	3,77%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que 27 Bacharéis em Ciências Contábeis possuem até 25 anos de idade, representando 50,94% dos respondentes. O número de Bacharéis que possuem idade entre 41 a 45 anos, nesta amostra é representado por apenas 2 profissionais, neste caso, 3,77%; o mesmo procede com os que possuem acima de 45 anos. Com base na amostra



investigada percebe-se que a contabilidade está sendo exercida, em sua grande maioria, por jovens profissionais.

Por ser uma profissão um tanto quanto antiga, nos últimos anos passou a ter destaque no mercado de trabalho, sendo vista com maior credibilidade devido aos efeitos da sua aplicação na sociedade e nas empresas, podendo ser um dos motivos por atrair o público jovem.

Outra questão considerada importante é de que, dos 53 entrevistados, 33 são de gênero feminino e 20 masculino, ou seja, as mulheres representam 62% da amostra. De acordo com a amostra investigada, nota-se que a profissão contábil além de ser exercida por um público jovem está representada em sua grande maioria por mulheres.

A Tabela 2 apresenta a atividade econômica da organização em que cada entrevistado, graduado em Ciências Contábeis atua.

**Tabela 2 – Atividade econômica da organização**

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Organização contábil/Profissional liberal	24	45%
Empresa prestadora de serviços	14	26%
Empresa industrial	7	13%
Empresa comercial	5	10%
Outros	3	6%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados expressos na Tabela 2 indicam que 24 Bacharéis atuam em escritório de contabilidade, seja como auxiliar, contador ou proprietário. As empresas que prestam serviços ocupam o segundo lugar, na qual, encontrou-se maior número de Bacharéis em Ciências Contábeis, representando 26% do total dos entrevistados. As atividades que representam a atuação profissional de cada respondente da amostra são apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3 – Atividades que representam a atuação profissional**

Atividade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contabilidade fiscal e tributária (registros e apuração de impostos)	21	40%
Contabilidade societária (registros, conciliações, análises)	12	23%
Administrativo	8	15%
Custos e controladoria	7	13%
Outros	5	9%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que dos 53 profissionais formados em Ciências Contábeis entre os anos de 1995 à 2014/1, 40% (21) realizam atividades da área de contabilidade fiscal e tributária, 23% (12) contabilidade societária, 15% (8) em departamento administrativo, 13% (7) nos setores de custos e controladoria e 9% (5) em outros setores que de qualquer forma, interferem na

contabilidade. Com isso, é possível perceber que as exigências fiscais para a elaboração das demonstrações contábeis ainda prevalecem.

As relações quanto a segregação de objetivos na elaboração das demonstrações contábeis (fiscais e societários), melhorando a qualidade das informações aos usuários da contabilidade são apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 – Segregação de objetivos na elaboração das demonstrações contábeis**

Variáveis	Média	Desvio padrão	Escala teórica		Escala real	
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Segregação de objetivos	3,8868	0,8005	1	5	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados da Tabela 4 pode se constatar que os valores de escala real apresentam-se de forma muito similar aos valores de escala teórica. A média das respostas foi de 3,8868 representando 77,75% do valor máximo. Os resultados indicam uma elevada percepção de que a segregação dos objetivos na elaboração das demonstrações contábeis fiscais e societária melhora a qualidade das informações aos usuários da contabilidade. O desvio padrão, que representa a variação em relação à média, apresentou um índice de 0,8005, o que representa 20,60% de dispersão nas respostas.

A Tabela 5 apresenta a percepção dos Bacharéis em Ciências Contábeis em relação ao teste de recuperabilidade, o qual orienta que os ativos não estejam avaliados acima de seu valor recuperável fazendo com que os números contábeis divulgados se tornem mais representativos quanto a real força econômica da empresa.

**Tabela 5 – Percepção das variáveis quanto ao teste de recuperabilidade**

Variáveis	Média	Desvio padrão	Escala teórica		Escala real	
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Teste de recuperabilidade	4,0189	0,8877	1	5	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 mostra que os valores da escala teórica são similares aos valores da escala real. A média das respostas foi de 4,0189 representando 80,38% do valor máximo. Os resultados indicam uma elevada percepção de que o teste de recuperabilidade torna os números contábeis divulgados mais representativos da real força econômica da empresa.

O desvio padrão, que representa a variação em relação a média, apresentou um índice de 0,8877, o que representa 22,09% de dispersão nas respostas.

Os resultados indicam que há um posicionamento mais favorável dos respondentes em concordar que o teste de recuperabilidade torna os números contábeis mais representativos quanto a real força econômica da empresa.

Em relação às notas explicativas, a Tabela 6 mostra a percepção dos entrevistados quanto às melhorias e compreensibilidade das operações com a divulgação das políticas contábeis adotadas.

**Tabela 6 – Divulgação das políticas contábeis adotadas por meio de Notas Explicativas**

Variáveis	Média	Desvio padrão	Escala teórica		Escala real	
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Notas explicativas	4,1509	0,8637	1	5	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados da Tabela 6 pode se constatar que os valores de escala real apresentam-se de forma muito similar aos valores de escala teórica. A média das respostas foi de 4,1509 representando 83,02% do valor máximo. Os resultados indicam uma elevada percepção de que a divulgação, por meio das Notas Explicativas, das políticas contábeis adotadas melhora na compreensão das operações da entidade.

O desvio padrão, que representa a variação em relação à média, apresentou um índice de 0,8637, o que representa 20,81% de dispersão nas respostas. Os resultados indicam que há um posicionamento mais favorável dos respondentes em concordar que a partir da adoção do CPC PME, as Notas Explicativas passaram a divulgar as políticas contábeis adotadas, fazendo com que melhore na compreensão das operações da entidade, suas principais atividades e seus resultados.

A Tabela 7 mostra a concordância dos entrevistados com relação às Demonstrações Contábeis serem destinadas para demonstrar a situação econômica e financeira da empresa e as exigências fiscais serem atendidos por controles específicos.

**Tabela 7 – Destinação da elaboração das demonstrações contábeis**

Variáveis	Média	Desvio padrão	Escala teórica		Escala real	
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Demonstrações Contábeis	3,8679	1,0198	1	5	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados da Tabela 7 pode se constatar que os valores de escala real apresentam-se de forma muito similar aos valores de escala teórica. A média das respostas foi de 3,8679 representando 77,36% do valor máximo. Os resultados indicam uma elevada percepção de que a adoção as demonstrações contábeis são destinadas a demonstrar a situação econômica e financeira da organização.

O desvio padrão, que representa a variação em relação à média, apresentou um índice de 1,0198, o que representa 26,37% de dispersão nas respostas. Os resultados indicam que há um posicionamento mais favorável dos respondentes em concordar que a adoção as demonstrações contábeis são destinadas a demonstrar a situação da empresa, tanto econômica quanto financeira, sendo as exigências fiscais atendidas por controles específicos.

A Tabela 8 revela a percepção dos usuários quanto à realização do ajuste a valor presente em todas as obrigações a prazo de caráter relevante.

**Tabela 8 – Impactos causados pela adoção do CPC PME**

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Aumento dos custos de preparação das demonstrações financeiras	12	10,00%
Segregação dos controles internos (contábil e fiscal)	11	9,17%
Informação contábil de maior relevância ou qualidade	39	32,50%
Redução do custo na contratação de empréstimos	2	1,67%
Necessidade de investimentos em sistemas de gerenciamento de informações	6	5,00%
Necessidade de capacitação dos funcionários	24	20,00%
Necessidade de conhecer melhor as atividades dos clientes	14	11,67%
Aumento dos honorários pelos serviços prestados	57	5,83%
Não se constataram mudanças significativas	5	4,17%
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados da Tabela 8 é possível analisar que os respondentes não identificaram apenas uma das opções propostas em reação ao CPC PME. Portanto, a maioria acredita que os impactos causados pela adoção do Pronunciamento PME é ter informações contábeis de maior relevância ou qualidade e a necessidade de capacitação dos funcionários. Uma minoria diz não constatar mudanças significativas e redução do custo na contratação de empréstimos.

Percebe-se que existem opiniões diferentes quanto a adoção do CPC PME, porém, a maior preocupação é com relação a capacitação de pessoal, isto quer dizer que poucos dos profissionais entrevistados buscam se aperfeiçoar no assunto e acredita-se que a minoria, na qual, dizem não constatar mudança não possuem conhecimento suficiente sobre a norma.

Para encerrar, os Bacharéis foram questionados quanto ao número de profissionais que estão capacitados para a aplicação do CPC PME na organização em que atuam. Com isso, dos 53 respondentes 75% destacaram ter menos de três profissionais capacitados, sendo 11% mais de três profissionais, 6% mais de cinco profissionais e 8% nenhum profissional capacitado.

Os resultados podem ser um tanto quanto preocupantes, pois, se mais da metade da amostra não possuem capacitação para aplicação da norma PME quer dizer que existe grande possibilidade de que estes não possuem um conhecimento adequado sobre este pronunciamento, mesmo que as empresas aonde atuam, não estejam obrigadas a adotarem tais procedimentos, mas, por questão de atualização profissional, conhecimento e entre outros benefícios trazidos.

Com isso, se de repente alguns procedimentos tornar-se obrigatórios, terá escassez de profissionais atualizados no mercado e a busca por capacitação e atualização será exorbitante e o número de erros nos registros será ainda maior.

Ou seja, nos dias de hoje, grande parte das empresas ou profissionais, utilizam a contabilidade apenas para fins de registro, sem usufruir das informações para tomada de decisões por meio dos indicadores, sem ter um pensamento crítico dos eventos ocorridos na entidade em determinado período.

Acredita-se também que isso seja um dos fatores que interferem na mortalidade das empresas no país, pois, à medida que se da maior importância aos resultados contábeis, é possível visualizar os pontos em que a empresa pode melhorar, no aspecto econômico e financeiro, desde que tudo seja registrado conforme os eventos ocorridos no período.

#### 4. Conclusão

Por meio do estudo realizado, buscou-se demonstrar as percepções dos bacharéis em Ciências Contábeis sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade pelas pequenas e médias empresas. Para chegar aos resultados foi aplicado um questionário aos bacharéis em Ciências Contábeis que atuam nas empresas da região oeste de Santa Catarina.

A maioria dos respondentes são profissionais jovens que atuam principalmente em escritórios contábeis e empresas prestadoras de serviços e acreditam que a segregação dos objetivos para a elaboração das demonstrações contábeis melhora a qualidade das informações.

Por meio dos resultados, torna-se visível que as necessidades da adoção do CPC PME pelas pequenas e médias empresas estão relacionadas com os impactos causados como a necessidade de capacitação de funcionários, necessidade de conhecer melhor as atividades dos clientes, aumento nos custos com a preparação das demonstrações que conseqüentemente interfere no aumento dos honorários, mas, por outro lado, deve ser levada em consideração a qualidade e relevância das informações.

Outra preocupação é o fato de que um número significativo de usuários entrevistados afirma que na empresa aonde atuam menos de três profissionais estão capacitados em aplicar a norma, isso inclui a possibilidade de que pode não haver nenhum profissional capacitado para adotar os procedimentos conforme o CPC PME.

Pode-se perceber a aplicação do CPC PME por meio de alguns procedimentos que as empresas estão adotando que consideram favoráveis, isso revela a importância de algumas entidades e escritórios em obter qualidade e veracidade nas informações. No entanto, parte dos usuários da amostra pesquisada reconhece a contabilidade como uma ciência importante para gestão.

Neste aspecto, com base na análise dos dados da amostra, percebe-se que algumas empresas e escritórios não buscam adotar procedimentos que visam a qualidade das informações, ou seja, procuram atender apenas aos aspectos fiscais.

Para estudos futuros, recomenda-se que seja pesquisado sobre a qualidade dos serviços contábeis prestados para as Pequenas e médias empresas e analisar a adoção do CPC PME em uma pequena ou média empresa.

#### Referências

ALVES, F. L.; MIRANDA, L. C.; DE MEIRA, J. M.; CALLADO, A.L.C. **Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas.** In: XIX Congresso de iniciação científica da UFPE, 08, 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2013.

BRASIL, lei n.º. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre As Sociedades por Ações.

Organizadores:



ANEGEPE  
Associação Nacional de Estudos  
em Empreendedorismo e Gestão  
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm)>. Acesso em 02 abr.2014.

BRASIL, lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em 16 mar.2014.

BRASIL, lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm)>. Acesso em 27 mar.2014.

CARRÍSSIMO, C.R; PINHEIRO, L. E. Taboada: **IFRS para pequenas e médias empresas**: Um estudo através dos escritórios de Minas Gerais. In: III Congresso nacional de administração e ciências contábeis, 10, 2012, RJ. Anais reticências Rio de Janeiro: UFMG, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC PME. Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas. 2009. Disponível em <[http://cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeGlossario\\_R1.pdf](http://cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf)> Acesso em: 02 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n° 1.255/09 , de 10 de dezembro de 2009**. Aprova a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1255.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc)> Acesso em: 16 abr. 2014.

DO CARMO, C.H.S., RIBEIRO, A.M., DE CARVALHO, L.N.G. **Convergência de fato ou de direito?** A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para as pequenas e médias empresas. Revista de contabilidade financeira – USP. v. 22, n° 57, p. 242 – 262. dez, 2011.

ITG 1000. Modelo Contábil para Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1255.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc)>. Acesso em 03 abr.2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, E; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, J. C. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme lei n° 11.638/07 e lei n° 11.941/09. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S; CARVALHO, L.N. **Contabilidade internacional para graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, F.D.; LUZ, J.R.M.; CARVALHO, J.R.M. **Processo de convergência contábil nas pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB.** In: XXXVII Encontro da ANPAD, 09, 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2013.

MOURAD, N.A; PARASKEVOPOULOS, A. **IFRS Introdução às normas internacionais de contabilidade: contém mais de 100 exemplos práticos.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA DE, C.; JACONE, D.B.B.; ALMEIDA, F.M.M. **A percepção dos estudantes de contabilidade sobre os impactos do IFRS no Brasil.** In: IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 2012. Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: 2012.

PADOVEZE, C. L; BENEDICTO, G. C; LEITE, DA SILVA, J.J. **Manual de contabilidade internacional:IFRS : US Gaap e Br Gaap : teoria e prática.** São Paulo: Cengage Learning, 2012. 586 p.

Organizadores:



ANEGEPE  
Associação Nacional de Estudos  
em Empreendedorismo e Gestão  
de Pequenas Empresas

Realizadores:

